

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/10/2014 a 31/10/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Mais 17 mil hectares são destinados à reforma agrária no sul e sudeste do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/10/2014....	4
Acordo judicial define nova área para a reforma agrária em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/10/2014	4
Estudo analisa políticas de acesso à terra e juventude rural no Brasil – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2014.....	5
Incra cria assentamento Nova Vida, no Norte de Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/10/2014.....	6
Índios reagem a decisão do STF que ameaça demarcação de terras. Rubens Valente – Folha de São Paulo, Poder. 15/10/2014.....	7
Incra/MG convoca selecionados para assentamento criado no Norte do estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2014....	9
MDA entrega novos títulos de terra para agricultores familiares no Pará. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/10/2014...	9
Mocambo receberá primeiros títulos de propriedade de território quilombola registrados em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014.....	10
Quase 2 mil famílias serão beneficiadas com o repasse de 155 hectares em Porto Velho. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014.....	11
Integração de políticas públicas assegura investimentos adicionais de R\$ 1,4 bilhão na reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014.....	12
Ações do Governo Federal beneficiam quilombolas e assentados da reforma agrária do Paraná. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/10/2014	14
Governo Federal reconhece território quilombola Paiol de Telha no Paraná. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/10/2014...	14
Incra cria o quinto assentamento em Amaralina e o 20º do grande norte goiano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014..	15
Incra assenta famílias de brasileiros provenientes da Bolívia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014.....	16
CNBB manifesta preocupação com direitos indígenas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/10/2014	17
Agricultores de Goiás comemoram novo assentamento da reforma agrária. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/10/2014	18
Incra recebe a posse de fazendas para criar assentamentos em Minas Gerais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/10/2014	19

Incra lança edital para compra de terras no Paraná – Site do Intituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/10/2014..... 19

Mais 17 mil hectares são destinados à reforma agrária no sul e sudeste do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/10/2014

As regiões sul e sudeste do Pará possuem agora mais duas áreas da reforma agrária. A portaria de criação dos assentamentos foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) do último dia 26 destinando a fazenda Recreio, em Canaã dos Carajás, para implantação do Projeto de Assentamento União Américo Santana, e a fazenda Escalada do Norte/Juliana, em Rio Maria, para instalação de um assentamento com o mesmo nome da propriedade.

Ao todo, poderão ser assentadas 245 famílias de trabalhadores rurais numa área de 17 mil hectares. A partir de agora haverá a atualização cadastral dos imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e a inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro deles na base de dados cartográficos do Incra.

A autarquia irá realizar ações, em parceria com as respectivas prefeituras, para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais. Depois, haverá seleção e homologação das famílias candidatas aos projetos criados.

O Incra, como em todos os assentamentos, irá formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos; fará o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional. Em parceria com as prefeituras, o Instituto recuperará e construirá 60 quilômetros de estradas vicinais que darão acesso aos projetos de assentamento.

Em relação à habitação, o Incra encaminhará às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa, Minha Vida a relação de beneficiários dos projetos de assentamento como demanda prioritária de atendimento e providenciará o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações.

Acordo judicial define nova área para a reforma agrária em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/10/2014

Um acordo judicial selado ao final de setembro definiu a conquista de mais um imóvel rural, destinado à criação de uma nova área de reforma agrária no estado de Sergipe.

A Fazenda Atalho, no município de Pacatuba, teve sua posse transferida ao Incra no último dia 23, depois de um acordo estabelecido entre autarquia e o antigo proprietário do imóvel, em audiência de conciliação chancelada pelo Ministério Público Federal.

Vistoriado pelo Incra em 2007, o imóvel, classificado como improdutivo, foi decretado área de interesse social para fins de reforma agrária em 2009. Em 2010, a Justiça Federal determinou a posse da fazenda ao Incra, sendo a decisão posteriormente suspensa pelo próprio Poder Judiciário.

Depois de uma longa disputa judicial e de diversas decisões desfavoráveis, o Incra buscou um acordo com o proprietário, que pôs fim à espera das famílias que viviam acampadas no imóvel.

Com 288 hectares de extensão, a antiga Fazenda Atalho deu lugar ao Projeto de Assentamento Padre Nestor, que abriga a 16 famílias de agricultores.

Benefícios

Com a criação da nova área de reforma agrária, todas as 16 famílias assentadas passam a ser atendidas pelo conjunto de ações executadas pelo Incra, com a concessão de créditos destinados ao seu desenvolvimento produtivo, a implantação de obras de infraestrutura no projeto e a oferta de serviços de assistência técnica.

Além disso, todas as famílias já estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e terão acesso aos benefícios concedidos pelos programas sociais desenvolvidos pelo governo federal.

Potencial Produtivo

De acordo com estudos realizados pelo Incra, o novo PA Padre Nestor possui potencial para o desenvolvimento da cultura do côco e a criação de animais.

Estudo analisa políticas de acesso à terra e juventude rural no Brasil – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2014

Que causas levam os jovens a deixar o campo? Quais são as principais demandas da juventude rural brasileira e como as políticas públicas procuram atendê-las? Para responder a estas e outras questões, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA) promoveram, nesta quarta-feira (8), em Brasília (DF), o 13º Momento de Intercâmbio. O evento debateu o estudo do MDA: Juventude rural, políticas e programas de acesso à terra no Brasil, finalizado em 2013.

“Discutir políticas e programas para a juventude rural envolve muito mais que o acesso à terra, e passa pela forma de viver no campo, considerando elementos como lazer, inovação na produção, acesso à tecnologia, cultura e educação”, destacou Simone Guerresi, diretora do Nead.

Para Rafaela Rodrigues, assessora de Juventude do MDA, a articulação de órgãos do governo e não governamentais é fundamental, para aprimorar as políticas e garantir a permanência dos jovens no campo. “A autonomia e emancipação da juventude rural dependem da construção dos jovens como sujeitos políticos e sociais, por isso o MDA se preocupa em criar e ampliar políticas públicas que entendam suas demandas”, argumentou.

Rafaela citou, como ações importantes do MDA, as políticas do Plano Safra 2014/2015 que apresenta um olhar específico voltado à juventude rural, possibilitando o aumento do número de transações do Pronaf Jovem - crédito específico da juventude rural.

Sair ou ficar?

A análise de políticas públicas de acesso à terra em vigor; a avaliação de gestores e representantes de juventudes rurais sobre as demandas dos jovens; e uma pesquisa de

campo realizada no Paraná e em Pernambuco, foram os principais elementos da pesquisa apresentada, que entrevistou beneficiários e não-beneficiários das políticas públicas.

No levantamento feito pelo estudo, os motivos que aparecem para o jovem deixar o campo são acesso à educação e formação profissional e dificuldades no processo de sucessão e herança da terra. No entanto, a maioria dos jovens entrevistados gostaria de permanecer no meio rural. “Os jovens que expressaram vontade de permanecer no campo citaram o custo de vida mais baixo e a própria satisfação com o estilo de vida e valores do meio rural como importantes no momento da decisão”, explicou Suzana Valle Lima, coordenadora da pesquisa, que também teve como autores Antônio Maria Gomes de Castro, Eduardo Paulo de Moraes Sarmiento e Luis Fernando Vieira.

“O que se tornou mais claro com o trabalho é que há muitas diferenças entre as regiões estudadas, bem como as razões apontadas para ficar ou sair do campo. O grande desafio é possibilitar que a juventude rural tenha informação sobre as políticas públicas voltadas a ela e a seu meio”, afirmou Suzana.

A pesquisa resultou em duas publicações, uma que contém o estudo completo e uma cartilha em linguagem direcionada à juventude rural. Ambas estarão disponíveis para download gratuito no portal Nead, após o término do período eleitoral.

Inkra cria assentamento Nova Vida, no Norte de Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/10/2014

Trabalhadores sem-terra do acampamento Nova Vida (antigo engenho Arrepiado), entre os municípios de Porto Calvo e Japaratinga, receberam representantes de instituições públicas e de movimentos sociais nessa sexta-feira (10/10) para comemorar a criação do novo assentamento. As famílias organizadas pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) realizaram uma festa para receber os convidados e celebrar a conquista da terra.

O coordenador do acampamento, Edmilson Alves da Silva, falou aos presentes e lembrou os anos de luta sob a lona. Para ele, “a conquista é de todos os trabalhadores, que, agora, vão poder cuidar da terra e produzir, em paz e com segurança”. O líder simboliza o perfil dos recém-assentados. Seus cinco filhos nasceram no acampamento, onde vive e trabalha desde 2002.

Mesmo como acampados, de acordo com Silva, as famílias já produzem no imóvel. Inhame, macaxeira, banana comprida, batata, feijão, milho, abacaxi e cana caiana são alguns dos cultivos dos novos assentados, que também têm criação de pequenos animais.

Representantes do MLST e dirigentes do Incra participaram da festividade. A superintendente substituta do Incra, Alessandra Costa, afirmou que “a disposição de luta e a paciência das famílias foram fundamentais para apoiar o Incra na batalha jurídica que foi travada e vencida”.

O Incra foi imitado na posse do imóvel, depois de uma longa disputa judicial, em agosto deste ano. No dia 26 de setembro foi publicada a portaria de criação do projeto de

assentamento Nova Vida / Irmã Daniela, que vai assentar 31 famílias numa área de 306 hectares.

Além de Nova Vida, mais três outros imóveis passam para o controle do Inbra já este ano em Alagoas. Em Mata Grande, 25 famílias serão assentadas na fazenda Curral de Fora e outras 11 na fazenda Arapuá. Em Traipu, serão assentadas 14 famílias no imóvel Angico.

Índios reagem a decisão do STF que ameaça demarcação de terras. Rubens Valente – Folha de São Paulo, Poder. 15/10/2014

Um grupo indígena guarani-kaiowá, de Mato Grosso do Sul, protestou na tarde desta quarta-feira (15) na frente do STF (Supremo Tribunal Federal) e distribuiu cartas aos ministros contra uma decisão que poderá, com uma reação em cadeia, provocar o congelamento ou gerar a nulidade de processos de demarcação de terras indígenas identificadas e reconhecidas pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Os índios montaram um acampamento e pretendem passar a noite "em vigília" em frente ao tribunal.

Segundo a decisão, tomada por três votos a um na 2ª Turma do Supremo e ainda não confirmada em plenário, os índios que reivindicam uma terra indígena no município de Caarapó (MS) não teriam mais o direito de lutar judicialmente pela posse da terra porque não estavam no local antes de 1988, quando a Constituição foi promulgada e previu um prazo de cinco anos para a União fazer a demarcação de todas as terras indígenas no país.

Os índios, porém, afirmam que não estavam na terra naquele ano porque foram alvo de um longo processo de expulsão de suas terras tradicionais, que contou com a participação do Estado brasileiro, ao criar, na década de 10, apenas oito reservas indígenas destinadas aos índios kaiowás, agrupando-os para liberar suas terras para projetos de colonização e agropecuária no então sul de Mato Grosso.

"Os ministros estão desconsiderando toda a violência que os índios sofreram em 70 anos e que por isso tiveram que abandonar suas terras", disse o advogado Adelar Cupsinski, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que já protocolou no STF um pedido de nulidade da decisão, pois teria contrariado outras decisões anteriores do mesmo STF no sentido oposto.

Os indígenas temem que a decisão do Supremo inviabilize a demarcação de outras terras reivindicadas pelos guaranis, como a de KurusuAmbá, no município de Coronel Sapucaia (MS), na fronteira do Brasil com o Paraguai. O líder do grupo que luta por essa demarcação, Eliseu Lopes, afirmou que há constantes ameaças de "pistoleiros", com tiros à noite e o incêndio de barracos erguidos pelos índios.

Eliseu disse que, desde 2007, onze índios já morreram na área de Kurusu, incluindo crianças por desnutrição.

BANCADA RURALISTA COMEMORA

A decisão do STF foi publicada nesta quarta no Diário Oficial e comemorada pela bancada ruralista da Câmara dos Deputados que, em nota, anunciou que "o STF derrota tese da Funai". "Dessa forma, mais uma vez a Funai saiu derrotada em sua intenção de demarcar terras indígenas a qualquer custo em todo o território brasileiro", diz a nota.

A decisão foi tomada em processo movido por um fazendeiro de Mato Grosso do Sul cuja propriedade tem limites que incidem sobre a terra reivindicada pelos índios denominada Guyraroká.

No primeiro momento, a tese do fazendeiro foi derrotada no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Os advogados do fazendeiro recorreram e o processo passou ao Supremo, sob a relatoria do presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski. O magistrado deu razão aos ministros do STJ e reconheceu os direitos dos índios de reivindicar a propriedade com base em laudos antropológicos e as provas coletadas em processo aberto pela Funai. Porém, durante a sessão na 2ª Turma, o ministro Gilmar Mendes abriu a divergência e apresentou um voto contrário aos indígenas. Sua tese foi acolhida pelos ministros Celso de Mello e Carmen Lúcia.

TESE DE COPACABANA

Na sessão, Mendes recorreu à "tese de Copacabana", segundo a qual, disse o ministro, se a política de demarcação da Funai prosperar "podemos resgatar esses apartamentos de Copacabana, sem dúvida nenhuma, porque certamente, em algum momento, vai ter-se a posse indígena". Mendes disse ainda que "os aldeamentos extintos [...] pegariam uma boa parte de São Paulo". Afirmou ainda que "a União não pode amanhã retirar territórios a seu bel talante, e nós sabemos como isso é feito, esses laudos, laudo da Funai".

Lewandowski rebateu a argumentação, ao afirmar: "O agronegócio quer isso mesmo: expulsa os índios e depois os contrata como boias-frias. É assim que está acontecendo no Brasil todo".

O presidente do Supremo reafirmou, contra os argumentos de Mendes: "Mas são terras tradicionais, a Constituição assim o diz". Os ministros travaram um debate.

Mendes: "Terra tradicional é Copacabana, terra tradicional é Guarulhos."

Lewandowski: "Bem, mas Copacabana não chamou a atenção da ONU, e Mato Grosso do Sul chamou, interessante isso, não é?"

Mendes: "Agora a ONU é o argumento para o quê?"

Lewandowski: "Não, Copacabana é o argumento para o quê?"

Mendes: "É a posse tradicional".

Lewandowski: "Para mostrar um argumento 'ad absurdum'? Isso é o que estou dizendo, é como a questão das terras quilombolas, há de se fazer a devida distinção. Eu ouvi dizer que existem quilombolas que reivindicam as terras lá da Lagoa, onde existem condomínios de luxo, é claro que 'modus in rebus' [de modo algum]."

Incra/MG convoca selecionados para assentamento criado no Norte do estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/10/2014

Os 191 pré-selecionados para serem assentados na fazenda Canadá, em Jaíba, região Norte de Minas Gerais, devem manifestar interesse, entre os dias 21 e 23 de outubro conforme Edital publicado, na última sexta-feira (10), pelo Incra de Minas Gerais.

A declaração de interesse deve ser apresentada à equipe de seleção do Incra no Centro de Eventos José Arnaldo, Av. Valdomiro Cardoso de Sá, s/n, Centro, no mesmo município, entre os períodos de 8h a 12h e 14h a 17h.

O assentamento Canadá, criado no final do mês de setembro, tem 5.744 hectares e vai abrigar 82 famílias de trabalhadores rurais.

A declaração deve ser acompanhada dos documentos relacionados: Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); folha resumo do CadÚnico; e atestado de antecedentes criminais.

Quem não se manifestar nas datas acima, tem até o dia três de novembro para encaminhar a declaração para a Divisão de Obtenção de Terras do Incra/MG, Avenida Afonso Pena, 3.500, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-009. Trinta e um candidatos que tinham sido eliminados, poderão apresentar recurso administrativamente no mesmo prazo.

Outro Edital, publicado na mesma data, notifica 35 beneficiários de 21 assentamentos para se defenderem em processos administrativos que apuram abandono de lotes.

A medida é resultado de trabalho contínuo das equipes da autarquia que identificam e tomam as providências para retomar lotes utilizados indevidamente por beneficiários. O prazo para defesa neste caso é de 30 trinta dias da publicação, até o dia 11 de novembro.

MDA entrega novos títulos de terra para agricultores familiares no Pará. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/10/2014

Documento de propriedade da terra e acesso a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. A partir desta sexta-feira (17), 68 famílias de produtores rurais de Irituia, no Pará, poderão contar com esses benefícios. A entrega dos documentos de posse do terreno será feita por meio do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na avaliação do secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, a entrega do documento que assegura a posse impulsiona o desenvolvimento regional. “Quando a família recebe o título ela tem a garantia de que a terra é dela e isso gera paz no campo. Ao mesmo tempo, fica mais fácil acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para impulsionar o desenvolvimento da propriedade.

Programa Terra Legal Amazônia

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, a ação é coordenada pelo MDA e executada em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

Mocambo receberá primeiros títulos de propriedade de território quilombola registrados em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014

A comunidade remanescente de quilombos de Mocambo - localizada no município de Porto da Folha(SE), distante cerca de 185 Km da capital Aracaju, na microrregião do Alto Sertão -, será a primeira de Sergipe a receber títulos de propriedade registrados em cartório, visando à criação de um território quilombola.

Os títulos, registrados ao final de setembro, referem-se a 12 imóveis rurais obtidos pelo Incra, que compreendem 680 hectares de terras, inseridas na área prevista por estudo para a implantação do território da comunidade. “O registro desses títulos, que é algo inédito em Sergipe, marca a superação de mais uma importante etapa no processo de consolidação do território de Mocambo”, explicou o superintendente regional do Incra/SE, Leonardo Góes.

O território

Estabelecida por um amplo estudo histórico, sócio-econômico e antropológico realizado junto à comunidade, a área prevista para a criação do território de Mocambo possui 2.100 hectares de extensão.

Decretado pela Presidência da República como área de interesse social para a criação de um território quilombola, em novembro de 2009, o perímetro definido para o desenvolvimento da comunidade começou a ser consolidado pelo Incra em 2010. “Da área total prevista para a implantação do território, 1.240 hectares já pertenciam à União e foram incorporados. Para obter os outros 860 hectares, que estavam sob posse de particulares, nós iniciamos um amplo trabalho, que, agora, encontra-se quase concretizado”, afirmou o coordenador do Serviço Quilombola do Incra/SE, Antonio Oliveira.

Ao todo, 680 dos 860 hectares que compreendem áreas particulares inseridas no perímetro do território de Mocambo já estão sob posse e exploração das 114 famílias quilombolas da comunidade.

Pirangy

Além de Mocambo, outra comunidade quilombola de Sergipe também será contemplada com um título de propriedade registrado em cartório.

A comunidade Pirangy, localizada no município de Capela (distante cerca de 70 Km de Aracaju), receberá o título referente à primeira propriedade obtida pelo Incra para a consolidação do seu território.

O imóvel já incorporado ao território possui 71 hectares e ocupa pouco mais da metade da área prevista o desenvolvimento das 45 famílias que compõem a comunidade.

A entrega dos títulos registrados para representantes das duas comunidades será realizada no início de novembro, em Pirangy, no município de Capela (SE).

Quase 2 mil famílias serão beneficiadas com o repasse de 155 hectares em Porto Velho. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014

O Governo Federal vai repassar, neste sábado (18), 155 hectares de terras da União para o município de Porto Velho (RO). A área está situada em um núcleo urbano do distrito de Jaci Paraná, onde vivem quase duas mil famílias, que serão beneficiadas pela doação.

O secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, explica que o repasse ajudará no desenvolvimento do município. “Agora a gestão da área passa a ser local. Para o gestor municipal fica mais fácil realizar obras, cobrar impostos e assegurar à população mais serviços públicos.”

Lopes lembra que Jaci Paraná é o núcleo urbano mais próximo das duas hidrelétricas construídas com recursos do PAC no Rio Madeira, região que teve grande expansão nos últimos anos. Por causa disso, a regularização fundiária passou a ser uma demanda importante da comunidade.

“Com a construção das hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, a região se desenvolveu. O Governo Federal tem o compromisso de apoiar o processo, garantindo a todos condição para melhorar de vida.”, destaca Sérgio Lopes ao realçar que a ação garante mais tranquilidade e segurança jurídica para toda comunidade.

Titulação urbana

O Terra Legal também atua na doação para os municípios áreas urbanas localizadas em terras da União.

A ação envolve, além do MDA, o Ministério das Cidades (MCidades) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assegurando aos municípios a posse definitiva das terras e condições para o desenvolvimento da região. Dessa forma, moradores, comerciantes e empresários têm acesso a políticas de crédito, bem como a prefeitura pode receber investimentos dos governos Federal e estadual.

Integração de políticas públicas assegura investimentos adicionais de R\$ 1,4 bilhão na reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014

A integração de políticas públicas assegurou, neste ano, o ingresso de R\$ 1,4 bilhão em recursos de outros órgãos em benefício dos assentados da reforma agrária. O acréscimo representa a duplicação do orçamento de R\$ 1,38 bilhão que o Incra foi autorizado a gastar em 2014 para as principais ações finalísticas, como obtenção de terras, assistência técnica e infraestrutura.

A mudança na condução da política de investimentos na reforma agrária fez com que a autarquia deixasse para trás a posição de provedora única de todos os benefícios aos assentados. Desta forma, passou a integrar e articular ações a fim de garantir o desenvolvimento dessas comunidades rurais.

“O ingresso de recursos de outros órgãos contribuiu para acelerar a qualificação e promover a geração de renda de assentamentos em todo o País”, observa a diretora de Gestão Estratégica do Incra, Jeigiane Portela.

Só o Bolsa Família, integrante do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), beneficiou aproximadamente 400 mil famílias assentadas ainda em situação de vulnerabilidade social, devido, na maior parte dos casos, à condição de estruturação inicial das áreas de reforma agrária. Até o mês de setembro de 2014, o montante destinado a esse público por meio da ação já havia alcançado R\$ 572,7 milhões.

A inclusão dos assentados entre o público atendido pelo Minha Casa, Minha Vida, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, também representou um passo significativo para a ampliação dos investimentos em infraestrutura já realizados pelo Instituto. Contratos assinados por quase 2,7 mil famílias com Banco do Brasil ou Caixa Econômica para construção ou reforma de casas e projetos entregues nessas entidades financiadoras relativos a 18,7 mil famílias demandaram recursos de R\$ 474,5 milhões.

Por meio do Programa Água para Todos, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional e MDS, R\$ 133,8 milhões estão sendo investidos para levar água de qualidade a 55,4 mil famílias assentadas. O fornecimento é voltado tanto ao consumo humano quanto às atividades produtivas, possibilitando, desta forma, entre outros aspectos, a ampliação de renda dos beneficiários.

No âmbito do Terra Forte – programa de fomento à agroindustrialização em assentamentos liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e executado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria Geral da Presidência da República, MDS, Incra e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – estão sendo liberados recursos que somam R\$ 133,5 milhões, alcançando 26 mil famílias beneficiadas.

A destinação de cerca de R\$ 94 milhões a quase 40 mil famílias, por meio do Programa Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), garantiu a conservação ambiental de áreas prioritárias, como os assentamentos ambientalmente diferenciados geridos pelo Incra na Amazônia Legal.

Outros recursos contabilizados referem-se ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do MDS e MDA. Por meio dele foram assegurados R\$ 30,3 milhões para que 12,6 mil beneficiários da reforma agrária ainda em situação de extrema pobreza pudessem ter acesso a assistência técnica e extensão rural (Ater), além de apoio financeiro para o desenvolvimento de projetos produtivos capazes de ampliar ou diversificar a produção de alimentos e atividades geradoras de renda.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado em parceria com a Conab, governos estaduais e municipais, permitiu a 3,7 mil famílias comercializarem a produção neste ano. O investimento chegou a R\$ 20,9 milhões.

Empenhos

Como a infraestrutura é pré-requisito para a chegada das políticas públicas aos assentamentos, o Incra conseguiu alavancar a ação, que nesta primeira quinzena de outubro alcançou o maior percentual de despesas empenhadas. Ou seja, dos R\$ 193,3 milhões que a autarquia foi autorizada a aplicar em 2014 sob esta rubrica, 99,23% já estão empenhados para garantir a realização das obras nos assentamentos.

A situação se repete em relação a outras ações, fazendo com que o Incra inicie este mês com 91,5% do orçamento destinado às despesas de custeio e investimento empenhados, ou seja, quase a totalidade de R\$ 1,38 bilhão que o Instituto foi autorizado a gastar.

O resultado é singular, especialmente quando comparado à situação verificada em anos anteriores. Em 2013, por exemplo, neste mesmo período (dados relativos aos primeiros 11 dias de outubro), apenas 43,79% do valor autorizado para as mesmas despesas haviam tido a destinação assegurada, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, que estabelece “Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

Para obtenção de terras já foram assegurados 98,80% dos R\$ 546,7 milhões de limite. Na sequência, entre as principais ações, vêm o Programa Terra Sol, com 93,22% assegurados dos R\$ 12 milhões autorizados para a ação de fomento a agroindustrialização em assentamentos; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com 92,86% assegurados dos R\$ 29,5 milhões autorizados; o Programa Enfrentamento ao Racismo – Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, com 83,61% assegurados dos R\$ 30,4 milhões autorizados, e a assistência técnica, com 83,60% assegurados do limite disponível de R\$ 344,3 milhões.

Segundo a diretora de Gestão Estratégica, o aumento do ritmo da execução orçamentária da autarquia em 2014 foi possível graças a uma gestão que aperfeiçoou instrumentos de políticas públicas e de gestão interna, ao diálogo com os movimentos sociais organizados e órgãos de governo, além da inovação no monitoramento interno e externo das ações realizadas em benefício dos assentados da reforma agrária.

Para o orçamento de 2015, o Incra recebeu um incremento de R\$ 276,4 milhões a serem aplicados em custeio e investimento em relação ao montante autorizado em 2014, de R\$ 1,3 bilhão. A maior parte do acréscimo de recursos destinados ao Instituto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), elaborado pelo Poder Executivo e que está sob análise do Congresso Nacional, para votação e conversão em lei, refere-se à obtenção de terras:

R\$ 270 milhões. Desta forma, a autarquia iniciará 2015 com R\$ 800 milhões destinados apenas a esta ação. Os R\$ 6,4 milhões do complemento restantes serão para o fortalecimento do programa de assistência técnica.

Ações do Governo Federal beneficiam quilombolas e assentados da reforma agrária do Paraná. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/10/2014

Duas iniciativas importantes para quilombolas e assentados da Reforma Agrária do Paraná serão formalizadas nesta terça-feira (21). O ministro do Desenvolvimento Agrário Laudemir Müller participa das duas solenidades. Na primeira, será assinada a portaria de reconhecimento do território quilombola Paiol de Telha, reivindicação antiga da comunidade. Na segunda, será assinado o projeto de repasse de recursos para a Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (Coopermate), da qual fazem parte 536 famílias de assentados.

A portaria reconhece a luta e os direitos de 300 famílias quilombolas que vivem na região central do estado, no município de Reserva do Iguaçu. O documento oficializa os limites do território quilombola e antecede o decreto de declaração de interesse social da área, que viabiliza ações de desapropriação e devolução do território para os povos e comunidades tradicionais.

Já o repasse de R\$ 3 milhões para a Coopermate, contempla a ampliação e modernização da agroindústria de erva mate e mistura de chás para infusão. Situada no município de Santa Maria do Oeste, a 357 quilômetros da capital Curitiba, a entidade atende oito assentamentos nos municípios Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque e Pitanga. O recurso é proveniente do programa Terra Forte que contempla projetos de fomento à agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária.

Terra Forte

O Comitê Gestor Nacional é presidido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Comitê de Investimentos fica a cargo da Fundação Banco do Brasil. Também são parceiros o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Governo Federal reconhece território quilombola Paiol de Telha no Paraná. João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/10/2014

O território quilombola Invernada Paiol de Telha, na região central do Paraná, foi reconhecido oficialmente nesta terça-feira (21), em cerimônia na Reserva do Iguaçu (PR). A ação deu início à regularização fundiária da comunidade. Serão regularizados aproximadamente 1,5 mil hectares de terra, o que vai beneficiar 300 famílias de descendentes de escravos.

Os moradores de Invernada Paiol de Telha poderão acessar as políticas públicas voltadas para quilombolas, segundo Laudemir Müller. “Nós apoiaremos oferecendo o

conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar para a comunidade. Além disso, vamos trabalhar integradamente com o Incra Nacional e a superintendência do instituto no Paraná. A instalação é um desafio grande, mas assumimos o compromisso de fazer com que esse território quilombola se transforme numa comunidade com produção e com renda”, afirmou.

Müller parabenizou a comunidade pela luta intensa para o resgate da terra. “Essa conquista não veio de graça, é uma vitória dos quilombolas de Paiol de Telha, que sempre lutaram por essas terras. Nós queremos a integração dessa comunidade, nós queremos o desenvolvimento desse território, pois hoje temos um País igual”, disse.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, informou que encaminhará a portaria para a Presidência da República até o final do ano, para continuar o processo de regularização. “A partir do decreto presidencial, nós vamos começar os trabalhos de campo, fazendo a avaliação econômica dos imóveis que serão destinados à composição da comunidade”.

“Esse trabalho será referência para a regularização fundiária de comunidades quilombolas em todo o País. Nós entendemos que a regularização fundiária quilombola também é reforma agrária”, acrescentou o presidente do Incra.

Paiol de Telha

Emocionada, Ana Maria Santos da Cruz, que representou a comunidade quilombola, lembrou que lutou décadas por esse reconhecimento. “Foram 40 anos esperando por esse momento. Esse documento é o início da retomada do Paiol de Telha, da retomada da nossa comunidade. O Paiol de Telha é nosso!”, comemorou Ana Maria.

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Helena Bairros, também ressaltou a luta pela conquista da terra. “A luta de vocês foi muito importante para que essa portaria e esse processo de regularização fossem possíveis. A garra de vocês tem mantido o compromisso do MDA”, concluiu.

Incra cria o quinto assentamento em Amaralina e o 20º do grande norte goiano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, juntamente com o superintendente do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia, e autoridades estaduais e municipais participam nesta sexta-feira (24), às 9h, do ato simbólico de imissão na posse do imóvel rural Santo Antônio do Amparo – Carvalho, localizado em Amaralina, município a 306 quilômetros de Goiânia, no norte do estado.

A propriedade adquirida pelo Incra possui 8.201,7280 hectares e tem capacidade para o assentamento de 249 famílias, número expressivo de novos moradores para uma população de 5 mil habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor médio por área familiar é de R\$ 136,6 mil.

O Projeto de Assentamento (PA) a ser criado na Fazenda Santo Antônio do Amparo será o quinto do município (Zebulândia, Água Fria, Ferrão e Imperatriz) e terá 249 famílias. Como o novo assentamento, já serão vinte áreas da reforma agrária na

mesorregião norte, onde já estão assentadas (quadro abaixo) 1.238 famílias em mais de 100 mil hectares.

Hidrografia e Economia

A malha hidrográfica do imóvel é composta pelo Rio Gregório (intermitente) e os córregos Taquari, do Morro, Lageado e outras vertentes sem denominação. Na fazenda encontram-se também represas e poços d'água que auxiliam no abastecimento durante todo o ano.

Essas características propiciam atividades econômicas como a pecuária de corte, leite e agricultura, além da existência de quatro postos de resfriamento de leite. Os animais destinados ao abate são comercializados nos açougues da sede do município e também enviados para frigoríficos de Mozarlândia (Bertim), Goianésia (Frical) e Goiânia (Friboi).

Inkra assenta famílias de brasileiros provenientes da Bolívia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014

Com a determinação do governo boliviano pela saída dos brasileiros que ocupam terras em sua faixa de fronteira, proibida pela Constituição do país, a superintendência do Incra em Rondônia vem colaborando para a solução do problema e concluiu na terça-feira (21) seu compromisso de atender a 25 famílias.

O Incra/RO assentou as famílias em área nas proximidades do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, no município de Candeias do Jamari (RO). A operação contou com a participação do Consulado do Brasil na Bolívia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM-ONU), da Polícia Federal, Exército (5º BEC), Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Prefeitura de Candeias do Jamari (RO).

O representante da OIM- ONU, Luiz Carlos Velasco, informou que as famílias receberam cestas básicas, um kit de ferramentas, lonas e caixas d'água, fornecidos pela instituição, para sua instalação provisória no local.

Políticas Públicas

O superintendente do Incra/RO, Luís Flávio Carvalho Ribeiro, explicou que a partir de agora as famílias passarão a integrar o Programa Nacional da Reforma Agrária com suas políticas públicas como o crédito Instalação, assistência técnica, infraestrutura, Programa Nacional de Habitação Rural, Pronaf, entre outros.

Ao todo foram 554 famílias brasileiras nessa situação, sendo que as demais foram assentadas pela superintendência do Incra no Acre. Esse levantamento foi realizado pela OIM, em parceria com o governo federal, estado do Acre e prefeituras dos municípios acrianos fronteiriços. De acordo com o representante do Consulado do Brasil em Cobija (Bolívia), Guillermo Barbosa, faltam ainda quarenta famílias para serem assentadas no Brasil, que deverão ir para o Acre.

CNBB manifesta preocupação com direitos indígenas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/10/2014

A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem, 23 de outubro, nota manifestando a preocupação da entidade em relação aos direitos dos povos indígenas, após decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular os efeitos de portarias do Ministério da Justiça que reconheciam territórios ocupados por povos indígenas no Maranhão e no Mato Grosso do Sul.

(CIMI)

O texto foi aprovado pelo Conselho Permanente da Conferência, que esteve reunido em Brasília, de 21 a 23 de outubro. "A CNBB espera que não haja retrocesso na conquista dos direitos indígenas, especialmente quanto à demarcação de seus territórios", afirma a nota.

Leia o texto na íntegra:

Os direitos dos povos indígenas

Nota da CNBB

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília nos dias 21 a 23 de outubro de 2014, manifesta sua preocupação com a decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal-STF que anulou os efeitos da Portaria Declaratória nº 3.219/2009, do Ministério da Justiça, que reconhece a Terra Indígena Guyraroká, do Povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, como de ocupação tradicional indígena.

Lamenta, igualmente, a anulação, pela mesma 2ª Turma do STF, da Portaria 3.508/2009 que declara a Terra Indígena Porquinhos, no Maranhão, como de posse permanente do grupo indígena Canela-Apãniekra.

A garantia dos territórios aos povos indígenas é um direito conquistado e consignado na Constituição Federal, com árdua luta de muitas pessoas da sociedade brasileira. Infelizmente, interesses econômicos têm impedido a demarcação das terras indígenas, que é a concretização do direito constitucional. Por isso, grande parte dos povos indígenas do Brasil continua vivendo exilada de suas terras devido ao esbulho e à violência histórica cometida contra suas comunidades.

Questionar as demarcações das terras indígenas no poder judiciário tem sido uma estratégia utilizada com vistas a retardar ou paralisar as ações que visam à garantia de acesso dos povos originários aos seus territórios tradicionais. Enquanto aguardam a demarcação de suas terras, várias comunidades indígenas ficam acampadas à beira de rodovias ou nas poucas áreas de mata nos fundos de propriedades rurais, sem direito à saúde, à educação, a água potável, sofrendo ações violentas.

A CNBB espera que não haja retrocesso na conquista dos direitos indígenas, especialmente quanto à demarcação de seus territórios. Concluir o processo de demarcação das terras indígenas é saldar uma dívida histórica com os primeiros

habitantes de nosso país e decretar a paz onde há graves conflitos que vitimam inúmeras pessoas.

Que Deus nos dê forças para garantir os direitos dos povos indígenas e de todos os brasileiros, superando toda atitude de abandono e descarte das populações originárias. Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, nos ajude a construir a paz que nasce da justiça e do amor.

Brasília, 23 de outubro de 2014

Cardeal Raymundo Damasceno Assis

Arcebispo de Aparecida

Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva

Arcebispo de São Luís

Vice-presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário Geral da CNBB

Agricultores de Goiás comemoram novo assentamento da reforma agrária. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/10/2014

O Governo Federal oficializou, nesta sexta feira (24), a posse do imóvel rural Santo Antônio do Amparo - Carvalho para mais um Projeto de Assentamento (PA) no estado de Goiás. A área fica no município de Amaralina, a 306 quilômetros da capital Goiânia, e foram as mulheres que, juntamente ao ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, abriram a porteira da fazenda.

A área de mais de oito mil hectares vai assentar 249 famílias e será o vigésimo PA da região norte de Goiás. "É uma satisfação abrir mais uma porteira, criar mais um assentamento, e promover mais desenvolvimento nesta região. É um momento histórico de conquista da Reforma Agrária e da agricultura familiar", afirmou o ministro.

Com esse PA, o Governo Federal entregou dois milhões de hectares e investiu R\$ 2 bilhões em assentamentos, nos últimos quatro anos. "Cada vez que abrimos uma porteira sentimos uma emoção muito grande, porque representa uma conquista enorme da reforma agrária e da agricultura familiar", destacou o presidente Carlos Guedes.

O novo PA será o quinto do município e o vigésimo da região norte de Goiás, onde estão assentadas 1.238 famílias em mais de 100 mil hectares. Para o coordenador regional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Valdir Misnerovickz, esse é mais um momento importante da trajetória da luta do MST do Brasil e de Goiás. "Essa é a segunda porteira que abrimos em Goiás, este ano, e contemplará aproximadamente 500 famílias. Fecharemos 2014 com o maior número de famílias assentadas. Por ano, serão cerca de mil famílias. E, esse ano ficará marcado na história de Goiás como um ano de grandes conquistas", ressaltou.

Incra recebe a posse de fazendas para criar assentamentos em Minas Gerais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/10/2014

O Incra recebeu a posse de duas fazendas, na última semana, no estado de Minas Gerais. As imissões na posse foram realizadas em decorrência de ações judiciais de desapropriação ajuizadas pela Procuradoria Federal Especializada (PFE) para conferir às áreas o cumprimento de sua função social.

Com a posse, o Incra inicia os trabalhos para criar assentamentos rurais nas Fazendas Lagoa do Belo - com área de 941 hectares, localizada em Jampruca, distante 380 km de Belo Horizonte, no Vale do Rio Doce -, e na Fazenda Monte Cristo, de 1,3 mil hectares, em Salto da Divisa, a 880 km da capital do Estado.

A Lagoa do Belo teve Decreto Presidencial de interesse social para fins de reforma agrária publicado em dezembro de 2011, após ser identificada como grande propriedade improdutiva por laudo de vistoria do Incra.

Já o decreto da Monte Cristo, foi publicado em maio de 2006, no entanto, o Incra ficou impedido de ajuizar ação de desapropriação, antes de julgamento da ação do proprietário que questionava o laudo que classificou a Fazenda como improdutiva. Após confirmação do descumprimento da função social da terra pela justiça é que foi possível a ação de desapropriação para fins de reforma agrária.

Incra lança edital para compra de terras no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/10/2014

O Incra lançou, nesta quinta-feira (30), edital para aquisição de seleção para compra de imóveis rurais no Paraná para implantação de projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária. A compra de áreas pelo Incra é prevista no Decreto Federal nº 433/1992. As regiões preferenciais para recebimento de ofertas são aquelas que fazem parte dos Territórios da Cidadania.

No Paraná, são quatro os territórios reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Cantuquiriguaçu, Norte Pioneiro, Paraná Centro e Vale do Ribeira. O edital está disponível aqui e o prazo para entrega das propostas vai até o dia 31 de dezembro de 2014.

De acordo com o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, a medida foi articulada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Muller, e com o presidente do Incra, Carlos Guedes, para que a autarquia tenha melhores

condições para o atendimento de mais de 6 mil famílias acampadas no estado. “Esse é mais um esforço nosso para fazer a reforma agrária avançar. Garantimos o sigilo das cartas-oferta e faremos a avaliação imediata das áreas para iniciar a negociação para compra. Após a concordância do preço da terra nua e das benfeitorias com os proprietários, o Incra realiza audiências públicas justamente para publicizar os valores envolvidos na transação”, explica o superintendente.

A área mínima em hectares (ha) do imóvel a ser ofertado ao Incra deve ter o equivalente a 15 módulos fiscais. A região deve ter aptidão agrícola, possuir recursos hídricos favoráveis para o assentamento das famílias de agricultores familiares e estar em consonância com as normas do Incra referentes às condições de localização e acesso.

O pagamento do preço contratado somente será efetuado após o registro da escritura pública no registro de imóveis competente. As benfeitorias são pagas à vista. Já na terra nua, o pagamento é feito de forma escalonada, em Títulos da Dívida Agrária (TDA) resgatáveis em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão. “O Incra oferece ao proprietário uma condição de compra vantajosa e competitiva com o mercado. A partir da emissão dos TDAs, os valores são corrigidos pela Taxa Referencial (TR) com juros de 6% ao ano, o que equivale à condição de venda à vista”, explica Guedes.

Municípios do Território da Cidadania

Cantuquiriguaçu: Porto Barreiro, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvras, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Diamante do Sul;

Norte Pioneiro: Abatiá, Carlópolis, Congonhinhas, Jacarezinho, Joaquim Távora, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaíti, Jaboti, Japira, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Santa Amélia, Santana do Itararé, Santo Antônio do Paraíso, Sapopema, Tomazina e Wenceslau Braz;

Paraná Centro: Cândido de Abreu, Guarapuava, Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo;

Vale do Ribeira: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa